



Eixo Temático

1. Educação do Campo e Movimentos Sociais

Título

INCLUSÕES/EXCLUSÕES EDUCACIONAIS QUE O TERCEIRO SETOR UTILIZA COMO INSTITUIÇÃO

Autora

Prof^a. Dr^a. Lucinéia Chiarelli
Adriana Corrêa Ramos
Amiliã Celeste Theodoro

Palavras-chave:

Terceiro Setor; Inclusão Social e Educação.

Resumo

O presente trabalho mostra as diferenças de classes que o Terceiro Setor utiliza como instituição e como ocupa o mercado sendo coadjuvante do primeiro e do segundo setores. A educação com suas falhas deixam vagas para que o terceiro setor utilize de bons e maus profissionais que saem em benefícios de formação e outros de benefícios próprios para o mercado que fica promissor na disputa com o segundo setor. A metodologia é dialética, histórico-crítica e apresenta estatística com dados secundários. Finaliza com a necessidade do primeiro setor ser atuante e o terceiro setor apenas complementar na medida de inclusões sociais.

Abstract

This work shows the class differences that the third sector uses as institution and occupies the market and supporting the first and second sectors. Education with its flaws leave vacancies for the third sector use of good and bad professionals who leave benefits of training and other own benefits to the market which is promising in the contest with the second sector . The methodology is dialectical , historical-critical and presents statistics with secondary data. It ends with the need of the first sector to be active and only the third complementary sector to the extent of social inclusion .

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Keywords: Third Sector, Social Inclusion, Education .

Texto Completo

O Terceiro Setor é caracterizado por instituições sem fins lucrativos, não governamentais, dispostas ao enfrentamento de questões sociais não solucionadas pelo primeiro setor em relações de capital/trabalho, em um processo que demanda perdas de direitos de cidadania por políticas públicas e sociais em que gera serviços de caráter assistencialistas.

O terceiro setor é formado por: igrejas, hospitais, museus, bibliotecas, universidades e escolas privadas, grupos de teatro, orquestras sinfônicas, e organizações de assistência social de diversos tipos que dependem de contribuições voluntárias, de tempo e de dinheiro por parte dos cidadãos.

Um dos principais problemas das entidades não governamentais são de garantir a sua sustentabilidade tendo como principal financiador o Estado, e também as: agências internacionais de cooperação; comercialização de produtos e serviços; órgãos governamentais federais, estaduais e municipais; fundações ou institutos empresariais brasileiros; contribuições associativas; agências multilaterais e bilaterais; doações individuais, receitas de intangíveis, eventos, vendas de produtos da própria entidade e outras, a fim de obter novas formas para garantir o capital necessário para operar, crescer e formar uma reserva para eventuais emergências.

As ONGs surgiram em anos de regime militar, de período autoritário embasados em ideários de autonomia onde sociedade civil se contrapõe ao poder político. Não é possível abster o Estado de seus compromissos e para Luciano Junqueira, professor do núcleo de terceiro setor da PUC-SP as ONGs têm a função de colaboradoras.

Em 1991 a Receita Federal do Brasil apontou que havia 220 mil entidades registradas como “sem fins lucrativos”. Em 2000 existiam 400.000 organizações não governamentais registradas e quatro mil fundações.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Em 2010 havia 290,7 mil Fundações privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil. As voltadas à religião 28,5%; associações patronais e profissionais 15,5%; ao desenvolvimento e defesa de direitos 14,6%. As áreas de políticas governamentais: saúde, educação, pesquisa e assistência social totalizam 54,1 mil entidades que representam 18,6%.

Em conformidade com Takeshy Tachizawa (2002:28) existe junção entre educação, pesquisa e informação. São publicados em torno de 64% de periódicos, livros, cartilhas ou manuais e 43% de vídeos.

Diante do exposto como podemos garantir as Inclusões Sociais das entidades do Terceiro Setor voltadas à Educação?

Os objetivos são os de inclusão de índios, negros, filhos de pequenos agricultores, assentados, ribeirinhos, quilombolas com as finalidades educacionais atingidas e os seus benefícios.

Instituições do Setor Educacional sem Finalidades Lucrativas

As características básicas de um terceiro setor na área educacional respondem também ambientalmente e socialmente. Citamos algumas instituições de ensino superior que atuam nessa área como: Faculdade de Belas Artes de São Paulo desenvolvendo parcerias com a prefeitura de São Paulo e a Associação de Caridade São Vicente de Paula; o Yázigi desenvolve o projeto cidadão do mundo com iniciativas de qualidade de vida de seus estudantes e professores e tem como proposta a oferta de um curso de inglês on-line, a pessoas carentes.

O programa AFECE – Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial - Programa da Escola São Francisco e de Responsabilidade Social da Instituição, desde 1967, situada em Curitiba, presta atendimento gratuito aos portadores de necessidades especiais com deficiência intelectual de alta especificidade, com 180 alunos.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Na região norte tem a UNIPOP - Universidade Popular, constituída em 1987, com atuação na região amazônica, atendendo jovens de 16 a 24 anos em projetos e em formação de educadores.

De acordo com Pablo Gentili (1996:17), dentre as instituições atuantes no Terceiro Setor, especialmente na área de educação, destaca-se nacional e internacionalmente o Instituto Ayrton Senna, amparado por fundação homônima estabelecida em Londres, no Reino Unido. Por se tornar referência no desenvolvimento educacional e na instrumentalização do mesmo. Apresenta diversos programas como: Acelera Brasil; Se Liga; Circuito Campeão; Gestão Nota 10; Fórmula da Vitória.

As fontes de recursos do Instituto Ayrton Sena são obtidas através de contratos de sublicenciamento, compreendendo 100% dos royalties de utilização das marcas Ayrton Senna e Senninha e recursos aportados por empresas e doações.

Essas instituições seguem normatizações, como principais citamos: A Constituição Federal, art. 150, VI, c), veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre “patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei”. A vedação, assim estabelece o § 4º do mesmo artigo, compreende o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

No art. 204 da Carta Magna, são estabelecidas como bases da organização das ações governamentais na área de assistência social, a) descentralização político-administrativa, “cabendo... a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social”, e, b) “participação da população por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.

As entidades de educação são certificadas pela Lei 12.101/2009 e deverão prestar informações ao censo da educação básica, ao censo da educação superior. Também deverão

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



se adequar as metas das diretrizes e bases do PNE - Plano Nacional de Educação. Conceder bolsas de estudo na proporção de 5x1 (para cada cinco alunos pagantes, cedem uma bolsa de estudos).

As instituições de educação que prestam serviços integralmente gratuitos precisam observar a renda dos alunos que deverá ser de um salário mínimo e meio per capita, a cada cinco alunos matriculados.

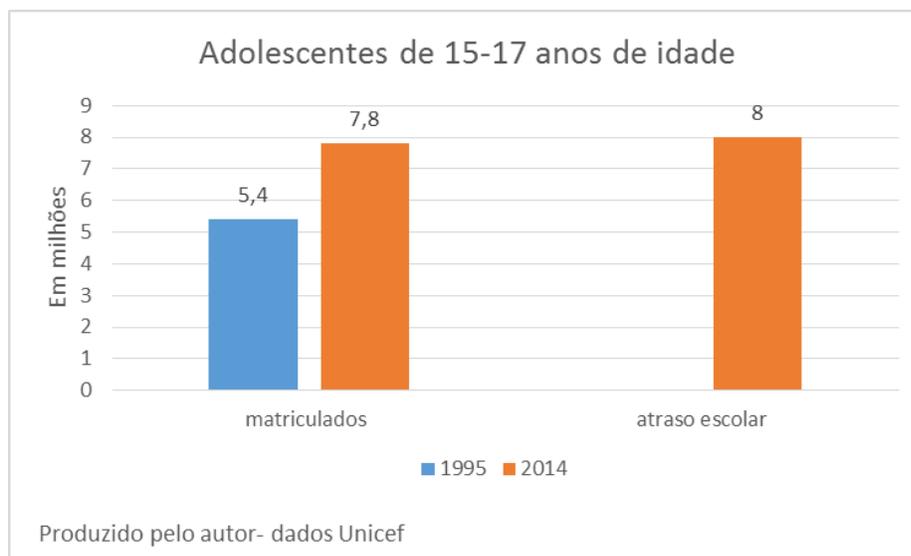
A lei 13.019/2014, que entrará em vigor em janeiro de 2016 e estabelece dois instrumentos que substituem os convênios, os Termos de Colaboração e os Termos de Fomento. “Eles substituem a Lei Geral de Licitações, a nº 8.666/1993, para as parcerias voluntárias, mas observando os mesmos termos e exigências”. Hoje existem no Brasil pouco mais de 300 mil entidades da sociedade civil. Elas movimentam, segundo dados da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), 8% do PIB. Cerca de 70% das gestões em saúde pública e estão sob a coordenação de organizações sociais.

Ilana Goldstein (2007:69) explicita a educação como um processo de aquisição e transformação de saberes que, na verdade, nunca termina. O quadro preocupante é completado pelo índice nacional de alfabetismo funcional. A ONG Ação Educativa, avalia em anos alternados, as habilidades de leitura e escrita, e as habilidades matemáticas dos brasileiros. A edição de 2005 do Inaf mostrou que os alfabetizados plenos, aqueles que leem textos mais longos e conseguem fazer inferências, constituem um quarto da população entre 15 e 64 anos. Portanto, embora aparentemente os números do analfabetismo total tenham caído, no início do século XX era de 65% e hoje é de 8%, grande parte dos brasileiros “alfabetizados” ainda não são capazes de interpretar e relacionar informações.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



Gráfico 1 - Atrasos em idades escolares de Jovens de 15-17 anos



Alunos entre quinze e dezessete anos em 2014 representavam em média 8% dos matriculados enquanto em 1995 era de 5,4%. As ONGs tem grande necessidade de atuação educacional e profissional para essa faixa etária. A população também ganhou uma face mais urbana: a concentração da população nas cidades cresceu de 75%, em 1991, para 84,8%, em 2013.

De 1991 a 2010, a parcela de brasileiros de até 19 anos caiu de 45% para 33% (Censo Demográfico, 2010). Hoje, mais da metade da população de até 18 anos é formada por afro-brasileiros. Da população indígena, de 784 mil pessoas, 31% — ou 246 mil — são meninos e meninas (Censo Demográfico, 2010). Meninos e meninas que viviam em domicílios pobres caiu de 70% em 1991 para 52% em 2010.

Por exemplo, enquanto 37% das crianças e dos adolescentes brancos viviam na pobreza em 2010, esse percentual se ampliava para 61% entre os negros e pardos. Em 1991 de 15-19 anos tínhamos 10,5% de jovens e em 2010 temos em média 9% desses.

Pessoas sem instrução ou com menos de um ano de instrução no ano de 2013 é de 12,3%; de um a três anos de instrução é de 9,5%; de quatro a sete anos de instrução é de

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



22,2%; de oito a dez anos de estudos, 8,1%; de 11 a 14 anos de estudo 29,9% e 15 anos ou mais de estudos 11,9%. (IBGE/2015).

Gráfico 2 - Índice de analfabetismo

A queda foi ainda mais significativa entre os adolescentes negros, com redução de 17,8% para 1,5%, e pardos, caindo de 19,4% para 1,7% no mesmo período.

Apenas 22% das instituições de ensino têm dependências adaptadas a crianças com deficiência e só 12% têm sala de atendimento especializado (Censo Escolar, 2013). Apenas 57,9% das crianças indígenas são registradas no primeiro ano de vida. Entre aquelas de até 10 anos, a proporção de meninos e meninas com certidão de nascimento é de 70%, muito abaixo da média nacional (Censo Demográfico, 2010).

Entre 1992 e 2013, o número de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos trabalhando no País caiu de 5,4 milhões para 1,3 milhão (Pnad). Atualmente, o trabalho de crianças de 5 a 9 anos é praticamente inexistente no Brasil. Mas ainda está presente na faixa de 10 a 15 anos. A maioria das vítimas são meninos negros da zona urbana, ainda que as taxas tenham diminuído desde 1992, em especial na Região Nordeste, com queda de 75% (Pnad).

A Constituição Federal de 1934 proibia qualquer forma de trabalho a menores de 14 anos, o trabalho noturno a menores de 16 e o exercido em indústrias insalubres a menores de 18 anos. Doze anos depois, a Constituição de 1946 ampliou para 18 a idade mínima para o trabalho noturno. Nos primeiros anos do governo militar, em 1967, as regras mudaram novamente e foi autorizado o trabalho a maiores de 12 anos. O limite subiu para 14 anos em 1974.

Rubem Cesar Fernandes (1994:66) questiona se pesquisas devem ser feitas nas universidades, educação popular nas escolas públicas, articulação de movimentos sociais nos partidos políticos ou na medida em que há constrangimentos originais, surgem razões de se firmar “quadros de ONGS”?

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



A aplicação de indicadores de concentração é de extrema importância em instituições educacionais sem finalidade lucrativa. Carlos Artur Krüger Passos (2003:78), apoia as lutas pela reforma agrária, passando pela análise dos índices de analfabetismo, acesso e distribuição de bens e serviços do Estado.

O movimento social mais combatido que se encontrava fragilizado nos anos 90 e fragmentado por crise de identidade e disputas internas nunca participava das políticas públicas dos planos governamentais de planejamento, pois não existiam recursos financeiros, porque recursos financeiros internacionais eram escassos.

Maria da Glória Gohn (2003:32) expõe que todos os movimentos sociais reivindicam e apregoam a autonomia e independência ante o Estado. Este tem definido linhas de atuação aos movimentos à medida que cria programas sociais com subvenções e financiamentos.

Os sujeitos do terceiro setor estão na sociedade civil de forma desalinhada, com agir comunicativo, com aprendizado participacionista, com lutas pontuais, classistas, emergenciais e imediatas ou estruturais e mediatizadas.

Carlos Montano (2010:146) explica que o Estado é o subsidiador e promotor dos repasses e verbas para as organizações e ações do chamado terceiro setor e da ilusão do seu serviço.

O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC Brasil), um movimento de mulheres autônomo, tendo como processos a Teologia da Libertação, os Centros de Educação Popular, do sindicalismo rural, pelo reconhecimento e valorização do trabalho da mulher no campo. Os símbolos são bandeira, chapéu de palha, lenço e a cor lilás.

Conceição Paludo (2012:485) descreve que esse movimento acontece porque a educação popular viabiliza a consciência crítica, que contribui para a superação de diferentes formas de alienação, permitindo a análise/descoberta do real, assim como as possibilidades de criação de estratégias de intervenção.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), reúne ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, camponeses proprietários de terras ou não, populações urbanas afetadas por construções de barragens. Movimento ambiental, em defesa dos rios, da vida, da natureza, e cultural na resistência em manter as tradições de vida dos ribeirinhos.

Eduardo Luiz Zen (2012:488) explica que a demanda por energia intensificou por fontes energéticas mais baratas. Algumas ONGs trabalharam em prol dos atingidos por barragens, pois após 1973 construíram Sobradinho e Itaparica, no rio São Francisco, Tucuruí, no rio Tocantins, Itaipu, no rio Paraná, Itá e Machadinho, na bacia do rio Uruguai.

O movimento dos pequenos agricultores (MPA) é um movimento popular, de base social, e tem como política a produção de alimentos saudáveis, com respeito à natureza, para alimentar o povo brasileiro.

Frei Sergio Antonio Görden (2012:493) expõe algumas ações desse movimento como: conjuntura agrícola e agrária, metodologia do trabalho de base, agroecologia, reflorestamento, seminários sobre educação camponesa, combate a monocultura, combate ao uso de agrotóxicos entre outras.

A educação entrou na agenda do Movimento dos Trabalhados Rurais Sem Terra (MST) pela infância. Edgar Jorge Kolling (2012:500) exhibe que antes mesmo da sua fundação em 1984, as famílias Sem Terra, acampadas na Encruzilhada Natalino, Rio Grande do Sul (1981), perceberam a educação da infância como uma questão um desafio.

Inclusões Sociais

As empresas do terceiro setor acolhem sujeitos excluídos das classes A, B e C, entretanto, muitas instituições de ensino superior e ensino médio e básico que são de terceiro setor atendem parcialmente as classe D e E, nas proporções de 1 para 5 ou mais distante disso, uma vez que quanto mais pobre, mais difícil fica de alguém se educar culturalmente em um país.

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



A “poor law amendment act”, de 1834, representou um verdadeiro ato abolicionista para emergente economia do mercado. Pessoas inocentes que enfrentavam fome, epidemias, pestes, guerras sofriam com o processo econômico. Fatores de desequilíbrio tinham por natureza o ímpeto imprevidente e imprudente de procriar além de suas posses.

No século XIX surge a COS – Charity Organization Society (Sociedade de Organização de Caridade), que Potyara Pereira (2011:82) relata como principal esforço da sociedade de livre mercado para enfrentar a questão da pobreza sem intervenção Estatal.

Do ponto de vista econômico e também político e social, o ocidente aceitou que a sociedade é formada por indivíduos individualizados, ou seja, por sujeitos isolados. A partir do século XIX novas configurações no espaço escolar da perspectiva de assistência individualizada.

José Raimundo Facion (2008:101) apresenta a sociedade regulada e planejada que acaba por submeter o ser humano ao mais estrito controle, trazendo como consequência para as ciências humanas uma definição de homem que peca por omiti-lo, ou uma ciência que o define pela sua ausência.

Mario Alighiero Manacorda (2010:209) apresenta que a uma profissão tem a particularidade do domínio do Estado (primeiro setor), em 1313. A formação do clero (hoje terceiro setor) que deixa depois do escolanovismo a educação do Estado. E o grande mercado do segundo setor que entra no terceiro para “receber benefícios tributários” – Pis – Cofins.

Algumas Considerações

A cultura política do abandono, da corrupção nos domínios territoriais bem como sua imensa população usuária dos serviços públicos carentes de bons serviços, e não podemos ignorar essa força extra de combate ao estado social ainda que precise ser aceito ao aliado do capital – segundo setor. O Terceiro Setor ao lado das questões favoráveis de

**www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015**



mercado e do Estado fica refém de normativas para direcioná-lo no bom combate e no bom aliado.

Neste sentido, acreditamos que a educação política, que particularmente é uma das mais significativas atribuições do terceiro setor, seria para a sociedade como um todo em busca pela transformação social em busca de inclusões.

Independente da entidade, seja ela bem gerida ou não, as dificuldades financeiras são um problema comum entre elas, principalmente para as que dependem restritamente de doadores para garantir sua sobrevivência, visto que esses recursos podem variar de um mês para o outro.

Muitas entidades não trabalham sob a perspectiva da sustentabilidade financeira, o que gera uma série de desagrvos, portanto, as entidades precisam investir no fortalecimento de suas organizações e em uma administração contábil responsável, organizada e moderna que tenha o suporte necessário para facilitar a gestão financeira.

Referências

BRASIL. Constituição Federal de 1934.

BRASIL. Constituição Federal de 1946.

BRASIL. Constituição Federal de 1967.

BRASIL. Constituição Federal de 1988.

FACION, José Raimundo. **Inclusão Escolar e suas implicações.** 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado Porém Público: O Terceiro Setor na América Latina.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GENTILI, Pablo. **Escola S.A.: quem ganha e que perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília, CNTE, 1996. (cap.1/2).

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015



GOLDSTEIN, Ilana. **Responsabilidade Social:** das grandes corporações ao terceiro setor. São Paulo: Ática, 2007.

GONHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONG e cidadania:** a sociedade civil brasileira na era da globalização. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GÖRGEN, Frei Sergio Antonio. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) In: **Dicionário da Educação do Campo.** Por Roseli Salette Caldart. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.**

KOLLING, Edgar Jorge. MST e Educação In: **Dicionário da Educação do Campo.** Por Roseli Salette Caldart. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da Educação:** da antiguidade aos nossos dias. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social:** crítica emergente de intervenção social. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PALUDO, Conceição. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil) In: **Dicionário da Educação do Campo.** Por Roseli Salette Caldart. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

PASSOS, Carlos Arthur Krüger. **Indicadores, ONGs e cidadania:** contribuições sociopolíticas e metodológicas. Curitiba: Plataforma Contrapartes Novib. GT Indicadores, 2003.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social:** temas & questões. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor:** criação de ONGs e Estratégias de Atuação. São Paulo: Atlas, 2002.

ZEN, Eduardo Luiz. Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) In: **Dicionário da Educação do Campo.** Por Roseli Salette Caldart. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

www.semgepec.ufscar.br
27, 28, 29 e 30 de outubro de 2015